

**Demonstrações Financeiras BrCard  
Sociedade de Crédito Direto S.A.**

**Carta de Apresentação**

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a **BrCard Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”)** apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras da **Companhia** referentes ao semestre encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório dos Auditores Independentes;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da **Companhia** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.

**THALES VALADÃO D’ANGELO FARIA**  
Diretor Geral e de Contabilidade

**FELIPE FERREIRA BRAZ DA SILVA**  
Contador CRC 1SP331427/O-3

**Demonstrações Financeiras BrCard  
Sociedade de Crédito Direto S.A.**

**Relatório da Administração**

**Senhores Acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da **BrCard Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”)** relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A **Companhia** é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a **Companhia**, registrou nas suas receitas de intermediação financeira o montante total de R\$ 1.760, representando uma alta de 76,53% sobre as receitas.

A administração da **Companhia** agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

# **BrCard Sociedade de Crédito Direto S.A.**

*Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro  
de 2022 com Relatório do Auditor Independente*

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor sobre as Demonstrações Financeiras</b>	<b>2</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às informações semestrais</b>	<b>10</b>



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da  
**BRCARD SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A**  
São Paulo SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **BRCARD SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BRCARD SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à “Sociedade”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da “Sociedade” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da “Sociedade” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Sociedade” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Sociedade” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “Sociedade” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Sociedade”.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Sociedade”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Sociedade” não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2023.

**VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC 2SP013744/O-1**

ALCINDO TAKACHI  
ITIKAWA:530051398  
91

Assinado de forma digital por  
ALCINDO TAKACHI  
ITIKAWA:53005139891  
Dados: 2023.03.30 08:31:59 -03'00'

**ALCINDO TAKACHI ITIKAWA**  
**CONTADOR CRC 1SP088652/O-9**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	484	36	Contas a pagar		25	18
Operações de crédito	6	1.847	2.258	Obrigações tributárias	7	15	11
Imposto de renda e contribuição social	9	1	240	Obrigações sociais e estatutárias	8	141	107
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.332</b>	<b>2.534</b>	Imposto de renda e contribuição social	9	56	240
				Outros passivos		4	-
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo</b>		<b>241</b>	<b>376</b>
Operações de crédito	6	39	71	<b>Patrimônio líquido</b>	8		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>39</b>	<b>71</b>	Capital social		2.000	2.000
				Reserva legal		30	17
				Reserva de lucros		100	212
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.130</b>	<b>2.229</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.371</b>	<b>2.605</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.371</b>	<b>2.605</b>

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

**BrCard Sociedade de Crédito Direto S.A.**  
 Demonstrações dos resultados  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota	2º Semestre 2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>859</b>	<b>1.760</b>	<b>997</b>
Operações de crédito	6	854	1.753	989
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5	7	8
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(390)</b>	<b>(745)</b>	<b>(138)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(390)	(745)	(138)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>469</b>	<b>1.015</b>	<b>859</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>		<b>(211)</b>	<b>(433)</b>	<b>(286)</b>
Receitas de prestação de serviços	11	156	262	130
Despesas administrativas	11	(275)	(543)	(353)
Despesas tributárias	11	(55)	(109)	(61)
Outras receitas (despesas) operacionais		(37)	(43)	(2)
<b>Resultado operacional</b>		<b>258</b>	<b>582</b>	<b>573</b>
Imposto de renda e contribuição social	9	(96)	(328)	(240)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>162</b>	<b>254</b>	<b>333</b>

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

**BrCard Sociedade de Crédito Direto S.A.**  
Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

	<b>2º Semestre 2022</b>	<b>01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>01/01/2021 à 31/12/2021</b>
Lucro líquido do exercício	<u>162</u>	<u>254</u>	<u>333</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>162</u></b>	<b><u>254</u></b>	<b><u>333</u></b>

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

	<b>Reservas</b>			<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total do patrimônio</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Retenção de lucros</b>		
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>2.000</b>	-	<b>3</b>	-	<b>2.003</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	333	<b>333</b>
<b>Destinações:</b>					
Reserva legal	-	17	-	(17)	-
Reserva de lucros	-	-	209	(209)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(107)	<b>(107)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.000</b>	<b>17</b>	<b>212</b>	-	<b>2.229</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	254	<b>254</b>
<b>Destinações:</b>					
Dividendos	-	-	(212)	-	<b>(212)</b>
Reserva legal	-	13	-	(13)	-
Reserva de lucros	-	-	100	(100)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(141)	<b>(141)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.000</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	-	<b>2.130</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	<b>2.000</b>	<b>17</b>	-	<b>92</b>	<b>2.092</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	162	<b>162</b>
<b>Destinações:</b>					
Reserva legal	-	13	-	(13)	-
Reserva de lucros	-	-	100	(100)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(141)	<b>(141)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.000</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	-	<b>2.130</b>

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

**BrCard Sociedade de Crédito Direto S.A.**  
 Demonstrações do fluxo de caixa  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2º Semestre 2022</b>	<b>01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>01/01/2021 à 31/12/2021</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>162</b>	<b>254</b>	<b>333</b>
<b>Ajuste por:</b>			
Constituição para perdas associadas ao risco de crédito	390	745	138
	<b>552</b>	<b>999</b>	<b>471</b>
<b>Variações de ativos e passivos:</b>			
Operações de crédito	(137)	(302)	(2.467)
Imposto de renda e contribuição social	96	328	240
Contas a pagar	3	7	13
Obrigações tributárias	(1)	4	9
Outros passivos	2	4	-
<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações</b>	<b>515</b>	<b>1.040</b>	<b>(1.734)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(77)	(273)	(240)
Imposto de renda dos juros sobre o capital próprio pago	-	(16)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>438</b>	<b>751</b>	<b>(1.974)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>			
Aquisição em títulos e valores mobiliários	-	-	2.010
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.010</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>			
Dividendos pagos	-	(212)	-
Juros sobre o capital próprio pagos	(91)	(91)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(91)</b>	<b>(303)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>347</b>	<b>448</b>	<b>36</b>
Caixa e equivalentes de caixa no começo do exercício	137	36	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	484	484	36
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>347</b>	<b>448</b>	<b>36</b>

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

## **1. Informações sobre a Companhia**

A **BrCard Sociedade de Crédito Direto S.A.** (“**Companhia**”), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Calda Novas, estado de Goiás, no Brasil. A **Companhia** tem como objeto social, a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

## **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Financeiras da **Companhia** estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.910/21 do CMN e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da **Companhia** e foram por ela aprovadas em 31 de janeiro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3. Principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir.

### **3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da **Companhia**. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, os quais estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

### **3.3. Títulos e valores mobiliários**

Classificados conforme a intenção da Administração da **Companhia**, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos, até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

### **3.4. Operações de crédito e provisão para crédito em liquidação duvidosa**

Operações de crédito e provisão para crédito em liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

### **3.5. Outras imobilizações de uso**

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A vida útil dos bens móveis, equipamentos e instalações são de 10 anos, com depreciação anual de 10%. A taxa de depreciação se manteve no decorrer do exercício de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### **3.6. Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

### **3.7. Capital social**

O investimento efetuado na **Companhia** pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

### 3.8. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A **Companhia** avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### 3.9. Tributos

#### Tributos sobre as receitas

As receitas estão sujeitas à tributação de PIS, COFINS E ISS às alíquotas de 0,65%, 4% e 5%, respectivamente.

#### Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mês para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### 3.10. Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

### 3.11. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

### 3.12. Resolução CMN 4.966/21 – Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, a instituição elaborou o seu Plano de implementação da regulamentação contábil para os próximos anos e mantém à disposição do Banco Central do Brasil.

A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Nosso plano de implementação é composto pela revisão das atividades impactadas, desenho do modelo ideal, implementação dos requerimentos exigidos pela norma, ambiente de testes e ajustes necessários para a entrada em produção. O encerramento dos trabalhos de implementação está previsto para 2024. O plano inicial poderá ser impactado ao longo do processo considerando a emissão e/ou atualizações das normas pelo Bacen.

### 4. Principais práticas contábeis

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

- **Provisão para crédito em liquidação duvidosa:** Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos exercícios de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	17	23
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - CDB	78	11
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Cotas de fundos de investimentos	389	2
	<u>484</u>	<u>36</u>

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<u>13</u>
Aplicações	1.987
Resgates	(1.540)
Remuneração	7
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<u>467</u>

Os títulos e valores mobiliários incluem as operações relacionadas à aquisição de cotas de fundos e aplicações em CDB e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa da Administração de realização em até 12 meses.

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	<u>2° Semestre 2022</u>	<u>01/01/2022 à 31/12/2022</u>	<u>01/01/2021 à 31/12/2021</u>
Títulos de renda fixa - Cotas de fundos de investimentos	5	7	8
	<u>5</u>	<u>7</u>	<u>8</u>

## 6. Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operação de crédito:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos	2.457	2.467
Provisão para crédito em liquidação duvidosa	(571)	(138)
	<u>1.886</u>	<u>2.329</u>

b) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Operações</u>	<u>PCLD</u>	<u>Operações</u>	<u>PCLD</u>
A vencer	1.789	(127)	2.247	(52)
<b>Vencidos</b>				
De 01 a 14 dias	33	(9)	46	(3)
De 15 a 30 dias	92	(21)	46	(7)
De 31 a 60 dias	93	(35)	41	(11)
De 61 a 90 dias	80	(42)	22	(10)
De 91 a 120 dias	63	(44)	18	(11)
De 121 a 150 dias	60	(50)	13	(11)
De 151 a 180 dias	57	(53)	10	(9)
Acima de 181 dias	190	(190)	24	(24)
	<u>2.457</u>	<u>(571)</u>	<u>2.467</u>	<u>(138)</u>

c) Movimento da provisão para crédito e liquidação duvidosa:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(138)</b>	-
Adições	(433)	(138)
<b>Saldo final</b>	<b>(571)</b>	<b>(138)</b>

d) Resultado das operações de crédito:

	<u>2º Semestre 2022</u>	<u>01/01/2022 à 31/12/2022</u>	<u>01/01/2021 à 31/12/2021</u>
Rendas de empréstimos	854	1.753	989
	<b>854</b>	<b>1.753</b>	<b>989</b>

## 7. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS e COFINS a recolher	8	7
IOF a recolher	4	2
Impostos sobre serviços tomados	2	1
ISS a recolher	1	1
	<b>15</b>	<b>11</b>

## 8. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da **Companhia** é de R\$ 2.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no país.

### b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da **Companhia**, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela **Companhia**, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da **Companhia**, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou R\$ 13 (R\$ 17 em 31 de dezembro de 2021) de reserva legal.

### c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou R\$ 141 (R\$ 107 em 31 de dezembro de 2021) de juros sobre o capital próprio.

#### d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

### 9. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto de renda	1	31	128	127
Contribuição social	-	25	112	113
	<b>1</b>	<b>56</b>	<b>240</b>	<b>240</b>

b) Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social:

	2º Semestre 2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
<b>Resultado antes do IR e CS</b>	<b>258</b>	<b>582</b>	<b>573</b>
Alíquota fiscal combinada	40%	40%	40%
<b>Despesa de tributos à alíquota nominal</b>	<b>(103)</b>	<b>(233)</b>	<b>(229)</b>
<b>(Adições) Exclusões permanentes</b>			
Juros sobre o capital próprio	57	57	42
Efeito majoração alíquota CSLL - Corrente	(2)	(2)	(22)
Parcela isenta do adicional de 10%	12	24	24
<b>IR e CS no resultado do exercício</b>	<b>(36)</b>	<b>(154)</b>	<b>(185)</b>
Total de despesa de IR e CS	(96)	(328)	(240)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>14%</b>	<b>26%</b>	<b>32%</b>

### 10. Resultado não recorrente

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Eventos não recorrentes</b>		
Efeito da majoração de alíquota de CSLL	2	22
<b>Resultado não recorrente</b>	<b>2</b>	<b>22</b>

**11. Receitas (despesas) operacionais**

## a) Receitas de prestação de serviços:

	<b>2° Semestre 2022</b>	<b>01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>01/01/2021 à 31/12/2021</b>
Confecção de cadastro - Pessoa física	155	261	130
Confecção de cadastro - Pessoa jurídica	1	1	-
	<b>156</b>	<b>262</b>	<b>130</b>

## b) Despesas administrativas:

	<b>2° Semestre 2022</b>	<b>01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>01/01/2021 à 31/12/2021</b>
Processamento de dados	(134)	(262)	(214)
Serviços do sistema financeiro	(80)	(154)	(79)
Serviços técnicos especializados	(41)	(80)	(51)
Aluguéis	(11)	(23)	-
Propaganda e publicidade	(3)	(15)	(8)
Comunicações	(1)	(1)	-
Serviços de terceiros	-	-	(1)
Outras despesas administrativas	(5)	(8)	-
	<b>(275)</b>	<b>(543)</b>	<b>(353)</b>

## c) Despesas tributárias:

	<b>2° Semestre 2022</b>	<b>01/01/2022 à 31/12/2022</b>	<b>01/01/2021 à 31/12/2021</b>
COFINS	(41)	(81)	(45)
PIS	(7)	(14)	(7)
Imposto sobre serviços prestados	(7)	(13)	(6)
Outros impostos	-	(1)	(3)
	<b>(55)</b>	<b>(109)</b>	<b>(61)</b>

**12. Gerenciamento de riscos**

Estrutura de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito A **Companhia**, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a **Companhia** conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

Risco de mercado: Os instrumentos financeiros da **Companhia** são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da **Companhia**.

Risco de crédito: O processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado de fornecedor terceiro. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.

Risco de liquidez: A **Companhia** trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.

Risco operacional: A análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da **Companhia**, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.

**THALES VALADÃO D'ANGELO FARIA**  
Diretor Geral e de Contabilidade

**FELIPE FERREIRA BRAZ DA SILVA**  
Contador CRC 1SP331427/O-3